



DIRETO DA REITORIA POR PAULO CARDIM

Educação: sala de aula não é palanque

29/10/2018 - Em [Artigos](#)

Blog da Reitoria nº 367, de 29 de outubro de 2018

Por Prof. Paulo Cardim

**“Ensinar exige rigorosidade metódica” (Paulo Freire)
“Avaliar também” (Paulo Cardim)**

Maura Véras no livro *Introdução à Sociologia – Marx, Durkheim e Weber*, referências fundamentais (São Paulo: Paulus, 2014) analisa a obra de Karl Emil Maximilian Weber ou, simplesmente, Max Weber (1864/1920), intelectual, jurista e economista alemão, reconhecido como um dos fundadores da Sociologia e do estudo moderno da sociologia. Sua obra, contudo, influenciou outras áreas como, por exemplo, a economia, a educação, a ciência política.

Maura Pardini Bicudo Véras é doutora em Ciências Sociais (Sociologia Política) e livre docente pela PUC-São Paulo, tendo realizado pós-doutorado no Instituto de Estudos Políticos de Paris. Atualmente é professora titular do Departamento de Sociologia e Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da referida universidade.

Em seu livro, Maura Véras comenta sobre uma pergunta de Max Weber a respeito do ensino e pesquisa – “Qual seria a vocação para a ciência? Todos devem lecionar? Todos suportariam as agruras de avaliar trabalhos escolares?”:

[...] na vida dos docentes universitários não se devem transformar aulas em comícios. Há uma grande diferença entre uma aula sobre o que é a democracia e um discurso político em sua defesa. [...] Por conseguinte, o professor não é nem profeta, nem demagogo, que estes falem em público onde possam ser criticados ou contestados, e não em salas de aula que obrigam os alunos a se manter calados, como é o caso da universidade alemã. A obra moral do professor, ademais, está em abster-se de suas convicções políticas, fazendo, sim, o exame crítico de várias posturas como religiosas, políticas, culturais etc. (gn)

Stavros Xanthopoulos, brasileiro de raízes gregas, doutor em administração com foco em gestão do conhecimento, diretor de Relações Internacionais da Associação Brasileira de Educação a Distância ([ABED](#)) e ex-vice-diretor do Instituto de Desenvolvimento Educacional da Fundação Getúlio Vargas (FGV/IDE), em recente entrevista ao [jornal Valor Econômico](#), ao analisar a educação brasileira, afirma que “a maior desmotivação do aluno é estar estudando e não conseguir fazer conexão com a vida real”. Tem, ainda, que enfrentar o viés ideológico em sala de aula, “um dos problemas da educação, que não produz benefício nenhum à população e à nação”.

O Professor Stavros aborda a possível volta da educação moral e cívica aos currículos dos cursos da educação básica, como uma das ações educacionais para restabelecer os valores

democráticos e o nacionalismo. Nessa entrevista ele esclarece que muita gente fica assustada, mas “é óbvio que vai ser uma moral e cívica para o século XXI, que não vai deixar de tentar colocar os valores da pátria, recuperar os elementos de nacionalismo, mas essa educação tem de pensar um cidadão que consiga sobreviver no século XXI. Vai ser nesse ambiente que nós vamos trabalhar uma cidadania digital. Vamos trabalhar, em uma discussão mais plural, o comportamento do indivíduo nesse mundo digital”.

Perguntado sobre a extensão da educação a distância ao ensino fundamental, informa que a sua proposta “não é tirar uma criança da escola, isso é loucura”. O que se deseja, diz o professor Stavros, é a aprendizagem, “por exemplo, da lógica de programação, robótica, coisas que vão ser úteis na medida em que ele constrói uma nova forma neurocientífica sem impacto negativo nenhum no contexto neuropsicológico”.

Neste Blog da Reitoria temos abordado o descalabro da educação básica pública, com diretrizes curriculares desconexas, meandros que desligam o educando da realidade do seu dia a dia, além dos avanços descontrolados da inserção da ideologia de gênero de forma precoce, a partir da educação infantil, e de professores que transformam a sala de aula em palanque para pregação de sua ideologia política ou de gênero.

Como adverte Maura Vêras, os professores não “devem transformar aulas em comícios” e “há uma grande diferença entre uma aula sobre o que é a democracia e um discurso político em sua defesa”. Os professores ativistas devem falar “em público onde possam ser criticados ou contestados, e não em salas de aula que obrigam os alunos a se manter calados”.

Sem dúvida, a obra moral do professor está em abster-se, nos espaços de aprendizagem, de suas convicções políticas, podendo trabalhar o exame crítico de assuntos religiosos, políticos, ideológicos ou culturais com a isenção que deve presidir a sua atuação como docente, na educação básica como na educação superior. As teorias ou práticas ideológicas em forma de discurso, não podem transformar em palanque a sala de aula ou qualquer outro espaço de aprendizagem, presencial ou a distância. Esse é um dos pontos que deve presidir uma política de Estado para a educação brasileira, em todos os níveis.

“É mais fácil governar um povo culto, cioso de suas prerrogativas e direitos, que tem nítida a compreensão de seus deveres, que um povo ignaro, indócil, sem iniciativa e inimigo do progresso”.

“O papel da instrução é preparar e formar homens capazes e úteis à sociedade; o papel do governo é fornecer meios fáceis de se adquirir a instrução, disseminando escolas e patrocinando iniciativas boas confiadas à competência e ao amor de quem promove tão nobilitante tarefa”.

Prof. Carlos Alberto Gomes Cardim

Diretor da Escola Normal Caetano de Campos

Educador e Inspetor de Alunos, 1909

Irmão do fundador do

Centro Universitário Belas Artes de São Paulo

Pedro Augusto Gomes Cardim